

Revista
Brasileira de
Linguística
Antropológica

Volume 17 – 2025



UnB



LALI

e-ISSN: 2317-1375

Universidade de Brasília

Reitora

Rozana Reigota Naves

Vice-Reitor

Márcio Muniz de Farias

Decana de Pesquisa e Inovação

Renata Aquino

Diretora do Instituto de Letras

Gladys Quevedo Camargo

Vice-Diretora do Instituto de Letras

Flávia de Oliveira Maia Pires

Diretora do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI)

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

R454 Revista Brasileira de Linguística Antropológica / Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, Editora – v. 17 (2025) – Brasília, DF: Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2025.

Anual

e-ISSN: 2317-1375

Publicação *on-line*: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/>

1. Linguística antropológica. 2. Línguas e culturas indígenas – Américas. 3. Linguística histórica. 4. Tipologia linguística. I. Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara.

CDU 81'27

<https://periodicos.unb.br/index.php/ling/>

Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/IL-UnB)
Endereço: ICC Sul, sala BSS-234, Campus Universitário Darcy Ribeiro
CEP 70900-900, Brasília-DF, Brasil

Levantamento e Documentação da Realidade Linguística do Nordeste Urbano e Rural

Survey and Documentation of the Linguistic Reality
of Urban and Rural Northeast Brazil

Aryon Dall'Igna Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v17i1.61012>

Recebido em janeiro/2025 e aceito em fevereiro/2025.

Trabalho datilografado apresentado no Seminário de Estudos Sobre o Nordeste 2, 1975. Este trabalho insere-se no conjunto de conferências de Aryon Dall'Igna Rodrigues, quando ele lecionava na UNICAMP (1973-1988), agora publicado na RBLA. O trabalho integra o acervo Aryon Dall'Igna Rodrigues do Instituto Aryon Dall'Igna Rodrigues.

LEVANTAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DA REALIDADE LINGUÍSTICA
DO NORDESTE URBANO E RURAL

Aryon Dall'Igna Rodrigues
UNICAMP, Campinas, SP

1. Alguns aspectos da realidade linguística brasileira

1.1. Presentemente a situação linguística do Brasil se caracteriza por dois traços importantes: o plurilingüismo e a existência de uma língua amplamente majoritária. Tanto é notável o plurilingüismo, pois são faladas normalmente cerca de 150 línguas no país, quanto o caráter majoritário de uma dessas 150 línguas - o português, que é falado por perto de 99% da população global. Há, pois, uma língua maciçamente majoritária e uma centena e meia de línguas ~~infi~~namente minoritárias.

Das línguas minoritárias, cerca de 80% (umas 120) são línguas indígenas americanas, ao passo que 20% são línguas européias e asiáticas. Até hoje não dispomos de um inventário completo não só das línguas indígenas, mas tão pouco das línguas minoritárias européias e asiáticas. Nem o número preciso de línguas é conhecido, nem o número de falantes por língua, já que os censos, como todas as medidas administrativas do país, tradicionalmente deixam de considerar a existência de minorias linguísticas.

1.2. Até o início da colonização portuguesa, no século 16, a situação linguística do território que viria a ser o Brasil se caracterizava pela grande variedade de línguas indígenas, cujo número possivelmente se situava entre 250 e 300. Ao longo do litoral, por onde se iniciou o estabelecimento dos portugueses, predominava uma língua que se estendia de sul a norte em duas variantes dialetais; do litoral paulista para o sul e daí penetrando em vários pontos para o interior, o guarani antigo; do litoral paulista para

o norte, incluindo todo o litoral do nordeste, o tupi antigo ou tupinambá, o qual, embora apresentando pequenas variações dialetais, mostrava-se notavelmente homogêneo em tão grande extensão geográfica: é o que, na segunda metade do século 16, Anchieta chamava "a língua mais usada na costa do Brasil". Dada sua peculiar distribuição e a relativa densidade da população que a falava, esta língua se tornou em geral o veículo de comunicação predominante nas zonas de interação entre portugueses e índios. Com a continuidade da imigração dos portugueses e o conseqüente aumento de seu contingente populacional, a constituição de núcleos urbanos e a redução da população indígena, a relação de uso entre as línguas portuguesa e tupi foi-se invertendo. Paralelamente foram-se extinguindo pouco a pouco outras línguas indígenas nas áreas de expansão da língua portuguesa.

1.3. Com a importação de escravos africanos introduziram-se no Brasil diversas línguas da África. Algumas destas se mantiveram como línguas maternas de determinadas comunidades através de várias gerações e uma ou outra se tornou língua franca entre membros de comunidades lingüisticamente heterogêneas, como, p. ex., o ioruba (ou nagô) no Recôncavo Bahiano ou o eve (gũ) em Ouro Preto, antiga Vila Rica, provavelmente também em São Luís do Maranhão, ou, ainda, o quimbundo ou o quicongo (ou ambos ou alguma outra língua bântu a eles estreitamente aparentada) em diversas regiões. Todas essas línguas foram, entretanto, caindo rapidamente em desuso após a suspensão do tráfico de escravos e depois da abolição da escravatura, tendo sido afinal inteiramente substituídas pelo português no uso corrente.

1.4. Após a independência do Brasil, com a entrada de imigrantes europeus e, mais tarde, asiáticos, novas línguas vieram a ser faladas em diversas regiões do Brasil, predo-

minantemente nas meridionais. Entre as indo-européias, línguas românicas como o italiano florentino, o vêneto, o trentino, o milanês, o piemontês, o francês, o espanhol; línguas germânicas como o alto-alemão, o suábico, o vestfaliano, o hunsrückero, o holandês, o iídiche, o inglês; línguas eslavas como o polonês, o tcheco, o ucraniano, o russo; línguas bálticas como o lituano; línguas indo-européias da Ásia como o armênio e o cigano. Entre as línguas não-indoeuropéias da Europa, o húngaro e o estoniano. Das línguas tipicamente asiáticas, o árabe entre as ocidentais, o japonês, o chinês, o coreano entre as orientais. A maioria dessas línguas, se não todas, estão em declínio diante da contínua expansão do português.

2. Alguns aspectos da realidade linguística do Nordeste

2.1. Ao considerarmos em particular o Nordeste brasileiro - tendo como tal a região que se estende do Piauí (inclusive) à Bahia (inclusive) -, encontramos uma paisagem linguística que se caracteriza, grosso modo, pela extinção de todas as línguas minoritárias. Das línguas indígenas, que eram várias dezenas, sobrevive, seguramente, apenas uma - o Iatê ou Fulniô, em Pernambuco. Das línguas africanas, que foram uma dezena ou mais, já nenhuma é usada na vida cotidiana. Das línguas minoritárias européias, nem o holandês nem qualquer outra sobreviveu até o dia de hoje. A língua portuguesa domina quase absolutamente a paisagem. Trata-se de uma situação praticamente única no Brasil, embora em algumas outras regiões se note pelo menos uma evolução no mesmo sentido de domínio exclusivo da língua majoritária, que tende assim a constituir-se na língua única.

2.2. Embora ainda sobrevivam de um modo ou de outro não poucas comunidades indígenas na Bahia, em Pernambuco, na Paraíba, com exceção dos índios Fulniô de Águas Belas

~~xxxxxxxx~~

todas já falam português; a natureza de seu português, em cada caso, ainda não foi, entretanto, estudada. Em algumas dessas comunidades ainda se conserva conhecimento de palavras ou frases das respectivas línguas indígenas, mas não sabemos em que extensão nem em que circunstâncias.

2.3. Das línguas africanas, de que há 80 anos Nina Rodrigues atestou o uso nesta cidade do Salvador de nada menos que seis, ainda restam expressões rituais e letras de cantos religiosos em pelo menos uma, que é o nagô ou ioruba.

Por toda a parte, porém, a língua de todos, brancos, pretos e índios, é o português numa ou noutra variedade.

3. Documentação do passado

3.1. Para compreender-se a realidade lingüística do Nordeste faz-se necessário não só observar sistematicamente a situação atual, mas também procurar conhecer o passado.

Para o conhecimento do passado, no caso das línguas indígenas, podemos recorrer, em regra, a duas fontes de informações. Uma destas é a documentação histórica, o registro escrito das línguas ou de informações sobre elas. Nesta região, como no Brasil todo, muito poucas línguas indígenas foram registradas por escrito no período colonial. Somente o tupinambá ou tupi antigo, documentado sobretudo na Bahia e em Pernambuco, e dois dialetos da língua Cariri - o Kipeá do rio Itapicuru e o Dzubukuá das ilhas do São Francisco. Informações sobre línguas que não foram documentadas ocorrem tanto na literatura dos cronistas e viajantes, quanto nas relações dos missionários. Um levantamento sistemático dessas informações, ainda por fazer, poderia contribuir para o melhor conhecimento do que foi a realidade lingüística nos séculos passados. No século 19 acrescentam-se documentos fragmentários sobre diver-

sas línguas, particularmente da Bahia, devidos sobretudo a naturalistas como Martius, Spix, Wied, Eschwege, ~~xxxxxxxx~~ Saint-Hilaire e outros.

3.2. Conjugadamente com a documentação histórica, e mesmo onde esta inexistente, conhecimento relevante do passado pode ser adquirido mediante reconstruções lingüísticas históricas e pré-históricas.

O estudo da distribuição geográfica dos topônimos brasileiros de origem não portuguesa permite reconstruir áreas seja de diferentes línguas ou dialetos indígenas, seja de interação entre o português e essas línguas ou dialetos. A grande maioria dos topônimos não portugueses no Brasil, como é fato bem sabido, é de origem tupi. Há uma grande quantidade de ensaios de identificação e interpretação semântica desses topônimos. Embora uma boa parte desses ensaios diga respeito a regiões determinadas - em regra coincidentes com os limites políticos de um estado -, não têm sido empreendidos ainda estudos sistemáticos sobre a ocorrência dos nomes geográficos com o objetivo de descobrir como se distribuem eles não só quanto às línguas de origem, mas também quanto a suas características tipológicas, que poderão revelar associações até agora insuspeitadas, como reflexos de situações lingüísticas prevaletentes no passado. Um raro ensaio nesse sentido, referente ao Nordeste, foi publicado há cerca de 40 anos por Tomás Pompeu Sobrinho e diz respeito a nomes supostamente de origem cariri. Alguns levantamentos preliminares que fizemos recentemente com topônimos de origem tupi revelam, por exemplo, uma área entre os rios Paraguaçu e Itapicuru e entre o litoral e os 41° W, caracterizada pela ocorrência de nomes com o morfema tib do tupinambá (que significa abundância, especialmente de vegetais) adaptado ao português com a vogal i (Tinguati-

ba, Acajutiba, Piritiba, Muritiba, Narandiba); essa área estabelece nítida solução de continuidade entre duas outras áreas em que a vogal é u (Jiribatuba, Aratuba, Comandatuba, etc.), uma das quais se estende desde as proximidades de Natal até a zona entre o São Francisco e o Itapicuru, e a outra começa logo ao sul do Paraguaçu e se estende até cerca de 17° S, já bem no sul da Bahia, onde vai iniciar-se nova área com a vogal i, a qual se dilata para o sul ao longo do Espírito Santo até o Estado do Rio de Janeiro. Distribuições como esta poderiam correlacionar-se seja com a localização dos grupos de índios tupis, sejam com diferentes frentes ou ondas de penetração dos portugueses.

3.3. Outro meio de recuperar informações sobre situações lingüísticas do passado é o emprego do método histórico-comparativo para determinar relações genéticas que possam existir entre as diversas línguas documentadas no passado ou no presente. Nos casos em que existem tais relações genéticas, há a possibilidade de reconstruir-se, em certa medida, traços das proto-línguas pré-históricas de que, por processo de diversificação progressiva, se derivaram as línguas atuais. Estudos dessa natureza vêm demonstrando, por exemplo, que a língua tupinambá, conquanto consideravelmente expandida no Nordeste, ao longo do litoral, já no século 16, não só era então de recente intrusão nesta região, como já sabíamos desde os estudos etnográficos de Alfred Métraux, e não só revela estreito parentesco com línguas integrantes da família tupi:guarani, que se situam no Brasil central e ocidental, mas também se relaciona, de modo mais remoto, com numerosos outros idiomas, constituintes do tronco lingüístico tupi, cuja principal área de concentração fica extremamente longe do litoral, cerca de 3.000 km a oeste, especialmente no atual Território de Rondônia. A descoberta dessas relações genéticas nos leva à formulação de hipóteses de alcance histórico e pré-histórico sobre os movimentos migra-

tórios dos povos indígenas, que facultaram a diversificação das línguas e sua atual dispersão.

Por outra parte, surgem evidências também de que as famílias lingüísticas típicas do Nordeste, como a Cariri, e a Camacã, e mais a língua isolada Iatê, relacionam-se geneticamente a um nível bastante remoto, um nível ao qual se correlacionam também com diversas outras famílias lingüísticas, geograficamente próximas, como Botocudo, Maxacali e Jê, ou geograficamente afastadas, como Carajá, Bororo, Ofaié. Também aqui se está abrindo um campo de perquirições sobre os deslocamentos migratórios pré-históricos que possam explicar essas relações e projetar luz sobre o povoamento indígena do Nordeste. É verdade, desde logo, que nunca contaremos com todos os elementos necessários para a reconstituição do passado lingüístico, já que justamente no Nordeste deve ter desaparecido um maior número de línguas indígenas sem deixar nenhum documento em que possamos nos apoiar.

3.4. Quanto às línguas africanas do Nordeste, a documentação histórica disponível é muito escassa e é bastante recente. Documentos propriamente lingüísticos são os já referidos vocabulários colhidos por Nina Rodrigues nos últimos anos do século passado, referentes às línguas Haussá, Kanuri, Eve (dialeto Mahi), Nupe (Tapa) e um dialeto do Dalgomba (Galinhas da Bahia). Nada conhecemos que, no Nordeste, corresponda ao "Caderno da Língua Geral de Mina", feito em Vila Rica no século 18, e que é um pequeno guia de conversação para senhores de escravos, no dialeto Gũ da língua Eve. Nina Rodrigues considerou tão patente o uso da língua ioruba ou nagô em Salvador, no fim do último século, que se dispensou de publicar qualquer amostra de vocabulário análoga às que colheu para as outras cinco línguas já referidas.

Assim mesmo registrou informações e materiais significativos nesta, que foi língua geral entre os africanos do Salvador. Pouco se poderia acrescentar, para o conhecimento do que foio passado a situação das línguas africanas na Bahia, ao que escreveu aquele extraordinário pesquisador. Só a análise da documentação histórica, tão desfalcada no que respeita aos escravos, e de palavras e expressões ainda em uso é que poderiam, eventualmente, trazer indícios de um ou outro fato ainda desconhecido, seja com respeito à Bahia, seja com respeito a outras partes do Nordeste.

3.5. Ainda em relação ao passado lingüístico do Nordeste, cabe considerar a situação da língua portuguesa, particularmente sua avassalante expansão. Fontes de três naturezas podem, principalmente, propiciar conhecimentos sobre os caminhos da difusão da língua portuguesa no Nordeste, como, de resto, em todo o Brasil. De uma parte, uma fonte não lingüística, que é a história social: a história das conquistas, das entradas, da colonização, do estabelecimento dos portugueses e de seus descendentes em terras nordestinas. De outra parte, duas fontes propriamente lingüísticas: a toponímia e a distribuição dialetal. Não só o estudo da toponímia puramente portuguesa poderá projetar alguma luz sobre diferentes momentos da ocupação portuguesa, mas também, como já feferimos anteriormente, o estudo dos nomes geográficos de origem indígena e o estudo de uns opostos aos outros. Trata-se de um tipo de estudo até agora inexplorado, o qual deve ser feito não só esquadrinhando os mapas, mas também compulsando extensivamente os documentos históricos.

Mais ainda que o estudo da toponímia, poderão as pesquisas dialetológicas contribuir para o conhecimento dos detalhes da expansão da língua portuguesa. Entre os mate-

riais disponíveis nessa área de pesquisa, há os vocabulários regionais, as monografias dialetais e os atlas linguísticos. A força dos vocabulários, para esse efeito, varia segundo o grau de precisão com que localizam as palavras registradas; assim são, em princípio, tanto mais úteis quanto menor a região a que se referem ou quanto mais ricas as informações de ocorrências em localidades bem determinadas. As monografias dedicadas à descrição de um certo dialeto ou falar, ou de alguns de seus aspectos, embora em si não encerrem perspectivas espaciais, têm a virtude de, em regra, proporcionar uma riqueza de detalhes e informações que dificilmente seriam apanhados num levantamento extensivo do tipo dos vocabulários regionais ou dos atlas. Estes últimos, dos quais o Nordeste continua tendo o privilégio de possuir os dois únicos até hoje levados a cabo no Brasil - e assim mesmo um deles continua inédito - ~~mas~~ o Atlas Prévio dos Falares Bahianos e o Atlas Prévio dos Falares Sergipanos, organizados por Nélson Rossi, estes constituem a fonte mais rica e mais específica para o estudo da distribuição dos dialetos do português.

4. Levantamento da realidade presente

4.1. Para o levantamento da realidade presente devemos tomar em consideração o que está sendo feito e o que é preciso fazer. Embora haja fatos conhecidos, frutos de observações anteriores, a realidade linguística é praticamente desconhecida, tanto no sentido de que aqueles fatos já conhecidos são apenas parte da grande massa de fatos que compõem o todo, quanto no sentido de que via de regra não sabemos como se integram eles no quadro global e mal suspeitamos, pois, sua verdadeira significação.

4.2. No que respeita às línguas indígenas, destacam-se no Nordeste duas áreas de pesquisa: a língua Iatê dos índios Fulniô e a língua das comunidades indígenas que adotaram o português, como os Potiguara, os Xukurú, os Cariri, os Pataxó, etc. Do Iatê temos duas descrições recentes, ambas excelentes, embora feitas com técnicas e conceitos diferentes: a de Geraldo Lapenda e a de Douglas Meland, as quais superam em qualidade técnica toda a documentação fragmentária produzida anteriormente. A gramática de Lapenda foi publicada pela Universidade Federal de Pernambuco, ao passo que a de Meland, complementada por um pequeno dicionário, ainda está inédita, nos arquivos do Summer Institute of Linguistics. O estudo de uma língua não se esgota, entretanto, na elaboração de uma gramática descritiva e na compilação de um dicionário. No caso específico do Iatê importa não só aprofundar os estudos fonológicos e gramaticais, assim como a documentação lexical, mas também investigar as situações de uso da língua, já que o povo Fulniô é hoje em dia bilíngüe. Essa comunidade oferece enorme interesse tanto para o sociolinguista ~~quanto~~ quanto para o psicolinguista, além do descritivista.

As comunidades que já adotaram o português como veículo único de comunicação oferecem situações diversas, que podem variar desde um dialeto português mais ou menos fortemente marcado na fonologia pela extinta língua nativa, até algum caso de crioulanização. Em cada uma dessas comunidades se oferece um campo único à observação sistematizada do linguista.

4.3. Sobre a realidade atual das línguas africanas quem melhor poderia dizer alguma coisa são meus colegas do Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Federal da Bahia, pelo menos no que se refere ao Recôncavo Bahiano. A mim me parece que o que temos hoje, seja na

Bahia, seja em Recife ou em São Luís, são relíquias lingüísticas que se mantêm ou em contextos sociais muito específicos, como é o caso das fórmulas e nomenclaturas de cultos religiosos e das letras e estribilhos de cantos, ou como elementos incorporados ao acervo lexical dos dialetos portugueses regionais.

4.4. Quanto à língua portuguesa, podemos distinguir levantamentos extensivos, como os de dialetologia espacial, cartográfica, e os de inquéritos sociolingüísticos, e levantamentos intensivos, como as monografias ~~mon~~ descritivas, fonológicas e gramaticais, as monografias sociolingüísticas e os estudos lexicais dentro de um dialeto.

No domínio da dialetologia espacial existem os dois Atlas Prévios antes mencionados, da Bahia e de Sergipe, o último dos quais deveria ser publicado o mais breve possível. Até onde alcança meu conhecimento, nem se fazem levantamentos equivalentes em outras áreas do Nordeste, nem se planejam estudos destinados a ampliar a documentação que serviu de base ao Atlas Prévio da Bahia.

Quanto a levantamentos de natureza sociolingüística, vem-se desenvolvendo, com maiores ou menores dificuldades, graças à persistência de dois grupos de estudiosos, nas Universidade Federais da Bahia e de Pernambuco, o chamado Projeto NURC, que tem por objeto o registro e descrição da norma lingüística culta urbana nas cidades de Salvador e Recife. Não disponho de informações sobre nenhum outro projeto de natureza sociolingüística no Nordeste.

Ultimamente têm sido feitas algumas monografias descritivas de falares regionais nordestinos, desenvolvidas como dissertações ou teses: uma, mais abrangente, de Jaworski, sobre uma variedade de português rural do Ceará; outra sobre aspectos fonológicos do português de João Pessoa, de Socorro Aragão; uma terceira, sobre a leitura, incluindo dados fonológicos de Salvador, de Myriam Barbosa da Silva;

além da dissertação de Dinah Callou, já mencionada por Celso Cunha, sobre o falar de Mato Grosso, BA. É provável que haja outras, elaboradas ou em elaboração, que me escapam.

Dos ~~seus~~ levantamentos lexicais existentes já se ocupou extensamente Celso Cunha em sua conferência.